



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 61/XIII/ 2.ª SL

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Ministro da Saúde para «Prestar esclarecimentos a propósito das afirmações por este proferidas, segundo as quais, nas urgências hospitalares do Porto e de Braga, será executado, já a partir do próximo mês de Abril, um projeto-piloto prevendo que, «de segunda a sexta-feira, entre as 8h00 e as 20h00, os doentes não poderão ir à Urgência a não ser através dos bombeiros, do INEM ou da Linha Saúde 24», requerida pelo PSD.

Audição do Ministro da Saúde para «Prestar esclarecimentos a propósito das afirmações por este proferidas, segundo as quais, nas urgências hospitalares do Porto e de Braga, será executado, já a partir do próximo mês de Abril, um projeto-piloto prevendo que, «de segunda a sexta-feira, entre as 8h00 e as 20h00, os doentes não poderão ir à Urgência a não ser através dos bombeiros, do INEM ou da Linha Saúde 24», requerida pelo PSD

O Presidente da Comissão deu nota da grelha de tempos a utilizar nesta audição, iniciando-se com a intervenção do grupo parlamentar requerente, respondendo o Ministro no fim, em igual tempo, seguindo-se os outros grupos parlamentares e a resposta do Ministro no fim de cada um deles. Chamou a atenção dos Deputados para que se cingissem ao tema do requerimento.

O Presidente deu a palavra ao Deputado Miguel Santos, que cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. Começou por referir que o Ministro, por ocasião do debate parlamentar de 19 de janeiro, falou de um mapa de investimentos da saúde, que o PSD solicitou a sua distribuição por todos os GP, perguntando se o Ministro se fazia acompanhar do referido mapa. Em seguida apresentou o [requerimento](#) que solicita esclarecimentos sobre declarações do Ministro da Saúde de que «*de segunda a sexta-feira, entre as 8h00 e as 20h00, os doentes não poderão ir à Urgência a não ser através dos bombeiros, do INEM ou da Linha Saúde 24*». Recordou que, aquando da discussão do OE para 2016, o PSD alertou o Governo para o reflexo negativo que as opções orçamentais poderiam ter no acesso dos cidadãos à saúde, referindo que as consultas médicas nos cuidados de saúde primários (CSP) baixaram, o que implica maior pressão nas urgências hospitalares. Outra medida pretendia que médicos com mais de 55 anos fizessem urgências. Considera que houve um falhanço do Governo nos seus objetivos de redução das urgências hospitalares.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 61/XIII/ 2.ª SL

Os resultados da sua política e a afirmação de que pretende limitar o acesso às urgências é inaceitável, na perspetiva do PSD, porque é um estreitar da porta de entrada nos serviços de urgência. Questionou o Ministro sobre a preparação para a implementação do projeto piloto em Braga e no Porto, se já falou com as entidades envolvidas e o que acontece às pessoas que são transportadas pelos bombeiros para os serviços de urgência.

O Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que veio acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Araújo e pelo Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, agradeceu as questões, tendo começado por referir que o mapa dos investimentos irá ser enviado. Disse que mais de 66% do programa do Governo na área da saúde está realizado. Apresentou dois [gráficos](#) sobre o desempenho assistencial nos CSP de 2010 a 2016, relativo ao n.º total de consultas médicas presenciais e não presenciais. Recordou que Portugal tem uma das maiores taxas de utilização das urgências nos países da OCDE e o sistema ainda não foi capaz de fazer a pedagogia da procura. Disse que o projeto piloto permite ensaiar um novo modelo de acesso às urgências, será feita pedagogia e aconselhamento aos utentes, que não serão penalizados

O Deputado António Sales observou que o objeto do requerimento do PSD é um não assunto, porque uma experiência piloto é uma experiência não definitiva e não vinculadora. No Porto e em Braga existe uma cobertura dos cuidados primários de 95%, considerando a experiência piloto pertinente e adequada, frisando que não se trata de uma reforma estrutural. Perguntou se vai ser feito investimento nos Centros de Saúde, para que possam responder ao desafio da experiência piloto, e qual a abertura do Governo para discutir novos modelos.

O Ministro da Saúde frisou que sobre a matéria relativa às urgências é fácil assustar as pessoas. Disse que haverá o investimento necessário nos ACES envolvidos, que os Centros de Saúde de 4.ª geração disporão de meios complementares de diagnóstico, estando o Centro de Saúde de Sete Rios, em Lisboa, apetrechado com RX, o que tem sido um sucesso. Ainda este ano deverá abrir uma clínica integrada do SNS, tendo em vista a internalização dos exames.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou a equipa da saúde. Começou por referir que há um recurso excessivo às urgências hospitalares, por parte dos utentes, porque percebem que aí terão uma resposta mais rápida e global, para o problema que os aflige, do que a que encontram nos cuidados de saúde primários. Entende que se devem inverter as políticas erradas do passado, designadamente ter hospitais de cariz concelhio, para que não drenem tudo para as urgências polivalentes ou médico-cirúrgicas. Sobre a experiência piloto, pediu que o Ministro explanasse melhor o seu funcionamento.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 61/XIII/ 2.ª SL

O Ministro agradeceu as considerações e as perguntas, dizendo que acompanha o Deputado sobre a necessidade de melhorar as respostas de proximidade, tendo em conta a evolução demográfica e o isolamento de algumas populações. À medida que a cobertura de médicos de família seja plena tem de ser feito um ajustamento pela qualidade, estando o Governo a lançar iniciativas para a revisão da assistência e sendo a região norte a que está melhor preparada. Deixou uma nota sobre a importância do setor social e, a esse propósito, referiu que foram feitos acordos com a Misericórdia de Lisboa. Disse que está a ser renovado o parque dos Centros de Saúde, nomeadamente em Lisboa, Sintra e nos concelhos da margem sul do Tejo, frisando que Centros de Saúde qualificados não significa que atraiam bons profissionais, mas são fundamentais para que a dignidade dos utentes seja garantida.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu a presença do Ministro da Saúde e da sua equipa. Acentuou que não se opõe à experiência piloto e perguntou se tem o contributo das entidades envolvidas (o INEM, Bombeiros e Linha de saúde 24), pedindo a clarificação sobre a escolha dessa área. Considera que para introduzir uma medida desse tipo é fundamental que os CSP respondam, mas ao ritmo a que estão a ser criadas as USF não se garante que as pessoas deixem de recorrer às urgências. Perguntou o que se passa com o acesso aos medicamentos que são destinados aos doentes oncológicos, não sendo alguns deles tão onerosos assim, e como se pode garantir que os doentes sejam tratados com os medicamentos a que têm direito.

O Ministro agradeceu as questões. No que se refere aos medicamentos para os doentes oncológicos, já pediu informação à APIFARMA e ao INFARMED, que responderam não estar a haver qualquer problema no SNS. Está-se perante uma dificuldade europeia, porque as farmacêuticas desinvestem nos medicamentos que estão à beira de perder a patente. Disse que a Linha de Saúde 24 terá um novo centro de contacto, incluindo a linha de saúde dos idosos, que brevemente será publicado o despacho para a criação de mais 25 USF em 2017, que a área escolhida para introduzir o projeto piloto se prende com o bom funcionamento dos Centros de saúde e que o Hospital de Barcelos, a Unidade Local de Saúde de Matosinhos e o Centro Hospitalar de S. João manifestaram vontade em participar.

A Deputada Carla Cruz teceu considerações sobre a necessidade de alargamento das respostas ao nível dos cuidados de saúde primários, nomeadamente a necessidade de atribuição de um médico de família a todos os portugueses, referindo que estes procuram as urgências hospitalares pelas respostas dos exames complementares e pelos horários alargados. Sobre a experiência piloto, perguntou como vai ser operacionalizada a articulação com o INEM, Bombeiros e Linha de saúde 24 e quais os recursos necessários.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 61/XIII/ 2.ª SL

O Ministro começou por agradecer as questões e, sobre o projeto piloto em curso, disse que está previsto que os ACES sejam dotados dos recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários, para que a experiência possa vir a ser generalizada, abrangendo regiões de grande densidade urbana e com famílias jovens. Para melhor esclarecer o assunto, referiu que Professor Sakellarides, coordenador do projeto, poderia prestar esclarecimentos na Comissão, porque tem a competência técnica e científica para o fazer.

Na segunda ronda, de 5 minutos por Grupo Parlamentar, usaram da palavra para comentar e colocar questões os Deputados Miguel Santos, Maria Antónia de Almeida Santos, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e João Ramos, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto.

Na terceira ronda, de 3 minutos por Deputado, fizeram intervenções, para pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Miguel Santos, Marisabel Moutela e Carla Cruz, os quais foram prestados pelo Ministro da Saúde.

O Presidente agradeceu as informações e os esclarecimentos do Ministro da Saúde, dando por concluída a presente reunião, que foi encerrada às 16:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1688&title=audicao-do-ministro-da-saude>

Palácio de São Bento, 17 fevereiro 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 61/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
João Gouveia
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
Carlos Matias
Francisco Rocha
Maria Manuela Tender
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Domingos Pereira
Isaura Pedro
Jorge Falcato Simões
José Luís Ferreira
Luís Soares
Luísa Salgueiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: